



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

DIA DO DIPLOMATA

Palácio do Itamarati
Brasília, DF
13 de maio

«O diplomata brasileiro representa uma nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, uma incansável construção de relacionamentos.»

5 de maio — Fernando Milliet assume a Presidência do Banco Central, em substituição a Francisco Gros. O Ministro Bresser Pereira informa que o Brasil retomará, os contatos com o FMI.

— O Presidente Sarney adverte o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Constituinte, que vai comandar o processo de entendimento com os parlamentares sobre a duração do mandato presidencial, caso as lideranças do PMDB e PFL não cheguem logo a um acordo sobre o assunto. O Presidente Sarney afirma que: «o país não pode ficar neste suspense».

12 de maio — O Presidente Sarney queixa-se ao Prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, de ter de enfrentar a crise sozinho, tendo pela frente um PMDB dividido e incapacitado de concentrar esforços nas questões mais importantes do país.

— O Banco Mundial aprova um empréstimo de US\$ 74,5 milhões que financiará uma parte substancial de projeto de formação de mão-de-obra qualificada, do Ministério do Trabalho. Este é o primeiro crédito que a instituição concede ao Governo brasileiro desde a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida de médio e longo prazo aos bancos comerciais, em fevereiro do corrente ano.

13 de maio — O Governo brasileiro deverá suspender a moratória da dívida externa, decretada em 20 de fevereiro passado, somente quando o País alcançar o restabelecimento das reservas cambiais e um entendimento com os credores, capaz de dar maior tranqüilidade ao Governo. Foi o que admitiu o embaixador do Brasil em Washigton, Marcílio Marques Moreira, ao ser condecorado no Itamarati, durante as comemorações do Dia do Diploma.

Revivo hoje antiga tradição: os novos diplomatas, no dia de sua formatura, recebem do Presidente da República estímulo e esclarecimento sobre as diretrizes de política externa que lhes caberá executar, guiados pelas competentes chefias do Itamarati.

Esta casa é habitada pela História. História que é memória viva. Que conserva o ensinamento do passado e se projeta, sem timidez, ao encontro de seus destinos.

Esta continuidade toma corpo nos princípios e exemplos que legaram ao Itamarati seus maiores, dentre os quais ressalta a figura de Rio Branco. Ele trouxe para a República o que de melhor havia na diplomacia imperial — o profundo conhecimento histórico e geográfico do País — e lhe acrescentou elementos inovadores inerentes ao espírito de sua época.

Os princípios recolhidos dos ilustres precursores da diplomacia brasileira são sobejamente conhecidos e podem-se resumir em alguns enunciados fundamentais: vocação para as soluções pacíficas, a boa convivência e o primado do Direito.

Alicerçada nesses princípios tradicionais, a política externa brasileira tem sabido atualizar seus horizontes temáticos. Aplicando a fatos novos princípios inarredáveis, ela tem sabido interpretar nosso estilo enquanto nação. Com constância, prudência e criatividade, tem-se projetado de maneira natural.

O diplomata brasileiro representa nação sem inimigos. A paz torna nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, um incansável construir relacionamentos.

Ao meu Governo coube momento particularmente rico e desafiante das relações internacionais do Brasil. Digo isto com a serenidade dos que conhecem o seu dever, não carecendo de incentivo outro para cumpri-lo.

Na Nova República, nossa política externa ganhou em coerência, dinamismo, eficácia, transparência e independência.

Não se vinculando a blocos nascidos em contexto geográfico e político distinto do nosso, o Brasil luta para que sejam superados progressivamente os antagonismos ideológicos e os impasses políticos entre Leste e Oeste, bem como o grau excessivo de polarização que ainda se registra nas relações internacionais. Consoante com essas mudanças, redefinimos o nosso papel no cenário internacional. Queremos contribuir para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que vem marcando este século.

Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da atual ordem econômica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos. Uma ordem que leva à depreciação dos preços dos produtos primários, ao protecionismo praticado nos mercados com maior capacidade de importação e à asfixia através da transferência reversa de capitais não é apenas iníqua. É ilógica. É inviável.

Sabemos que a situação internacional é decisiva para a tarefa gigantesca de nosso País de completar seu desenvolvimento e acabar com a fome e a miséria de seu povo. A política externa brasileira está comprometida com nossa política de crescimento e com a luta contra o desemprego.

Não podemos ser passivos, o que não quer dizer que busquemos a via da confrontação.

Mas a ausência de confrontação ou o reconhecimento da interdependência não devem implicar a dependência em relação aos atuais centros de poder político e aos pólos econômicos mundiais. Não podemos permitir que a realidade do congelamento de poder político e econômico invada a razão política e comprometa nossa independência, segurança, dignidade, cultura ou identidade nacional.

Se, de um lado, não podemos nos afastar dos mais importantes pólos de irradiação econômica e científico-tecnológica, sob pena de nos condenarmos ao atraso e à vulnerabilidade, de outro, devemos ter o cuidado de preservar nossa autonomia quanto a decisões essenciais para nosso futuro como nação.

O Brasil nunca aspirou e nem aspira ao poder ofensivo, pois não pode nem deseja impor sua vontade a outros. Mas certamente já tem e pretende conservar suficiente poder de evitar que a vontade alheia lhe seja imposta; poder, portanto, de afirmação de sua autonomia, de seu estilo de vida, de suas leis internas, e dos princípios e prioridades de sua atuação externa.

Esta é a visão que fazemos valer no nosso comportamento internacional, no tratamento das mais diferentes questões com que somos confrontados.

Não é objetivo do Brasil tornar-se uma potência militar, pois quem concentra armas concentra perigos, e quem domina pela força tem contra si a revolta dos dominados.

Poder não é apenas força, e esta, sozinha, não comanda a política.

O Brasil age sem medo, pois seu recurso negociador não é a força: seu poder, ao contrário, se assenta no Direito.

Não nos interessa reeditar imperialismos nem exercer hegemonias. País multicultural e com interesses globais, busca o Brasil a interação entre as culturas e aceita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.

Queremos, na realidade, progredir, dentro da paz e da cooperação, através de laços horizontais.

Esta é uma das razões pelas quais, para encontrar nossos próprios caminhos, atribuímos tanta importância à cooperação entre os países em desenvolvimento.

A compreensão da globalidade de nossos interesses nos fez restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e abrir novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o Leste europeu. Lançou-nos também a novas frentes de cooperação na Ásia, em especial com o Japão, com a China, a Índia e as Nações da Associação dos Países do Sudeste Asiático.

Nossas políticas latino-americana e africana receberam nova e mais profunda orientação.

O projeto brasileiro, hoje amplamente aceito, de tornar o Atlântico Sul uma zona imune a armas nucleares e aos confrontos das superpotências é o marco da criação de um amplo espaço de cooperação.

Nosso processo de integração com a Argentina e o Uruguai, exemplo bem-sucedido de cooperação entre países em desenvolvimento e embrião de laços mais estreitos entre todos os países latino-americanos, caminha não com palavras, mas com atos.

Participamos hoje mais diretamente na busca da pacificação, no apoio à autodeterminação e no repúdio à ingerência nos negócios internos dos países centro-africanos.

Temos também repudiado, inclusive através de sanções, a política racista e intervencionista da África do Sul.

Encarando com responsabilidade e confiança o multilateralismo, desejosos de participar ativamente do debate sobre as questões relativas à paz e à segurança internacionais, decidimos apresentar nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aderimos aos pactos internacionais de direitos humanos e à convenção da ONU contra a tortura.

Em matéria de direitos humanos acreditamos que sua observância em muito contribui para facilitar a verdadeira autodeterminação dos povos. Esta é uma questão que transcende os Estados para tornar-se responsabilidade de todos os homens.

Ocorre que a democracia e o exercício dos direitos humanos muitas vezes sofrem as ameaças advindas de condições econômicas e sociais injustas. Deve existir, assim, uma co-responsabilidade internacional na geração de condições econômicas para que a democracia e os direitos humanos se mantenham vivos.

A ninguém genuinamente interessa que da fome e da miséria levistem o fogo da violência e a poeira da destruição.

Na busca de uma maior eqüidade nas relações econômicas internacionais, atribuímos grande importância às negociações econômicas em curso, na área de comércio, de serviços ou de finanças.

O diplomata brasileiro deverá estar na dianteira dessas negociações, assumindo um papel criativo e inovador.

Meu Governo tem sabido resistir às fórmulas recessivas impostas de fora; tem podido conduzir soberanamente as negociações relativas a contenciosos comerciais; tem obtido resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e tem retomado a autonomia no problema da dívida externa.

As responsabilidades devem ser igualmente compartilhadas pela crise da dívida.

Ela foi desencadeada, em grande medida, porque os países industrializados decidiram adotar uma política recessiva, de aumento das taxas de juros, transferindo, assim, parte substancial do custo do seu ajuste às economias dos países mais pobres.

Queremos a colaboração da poupança externa, necessária para nosso crescimento acelerado, seja sob a forma de créditos, seja como capital de risco. Só não podemos permitir que a contribuição líquida do capital estrangeiro em nossa economia continue negativa.

Já não é somente nossa a idéia de que não se pode sacrificar o crescimento de um país em desenvolvimento para pagar a dívida. Encontra apoio explícito de inúmeros entre os mais eminentes e experimentados estadistas, pensadores e jornalistas norte-americanos, europeus e latino-americanos.

A crise da economia internacional, com seus reflexos em países como o Brasil, não esgota nossa agenda diplomática. Parafraseando imagem de uma saudosa figura do Itamarati, o chanceler Araújo Castro, existe outro ponto cardinal além do Leste, do Oeste e do Norte: o Sul. É nessa direção que se projetam muitas de nossas mais importantes iniciativas recentes. O âmbito dos países em desenvolvimento oferece espaço livre para a construção de relações de tipo novo, isentas de qualquer assimetria, imunes a veleidades de imposição de dominações ou dependências.

A primazia que o Brasil concede às relações Sul/Sul levou-me a decidir estabelecer, a curtíssimo prazo, a Agência Brasileira de Cooperação — ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas ações de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo atividades e projetos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras.

Não devemos visar a estabelecer ambiciosos programas de ajuda externa, à semelhança dos que praticam os países industrializados. Nosso País não possui os meios para tanto. Realista e desejável é, sim, compartilhar com nossos irmãos da América Latina, do Caribe, da África, do Oriente próximo e da Ásia, as experiências bem-sucedidas e os avanços que os brasileiros obtiveram em setores como a pesquisa agrícola, a formação técnico-profissional, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o combate às moléstias tropicais — sem excluir as tecnologias de ponta, onde existir capacidade de absorção. Assim poderemos dar uma contribuição que seja eficaz para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos países amigos, além de compatível com os recursos de que dispomos.

Senhores diplomatas,

O Itamarati tem estado ativamente presente no diálogo crescente do Estado com a sociedade civil, debatendo temas de política externa com a Constituinte, a imprensa, a universidade, as diversas entidades representativas e associações de classe.

Não queria deixar passar esta oportunidade de agradecer a colaboração dedicada e patriótica que tenho recebido desta Casa, a lealdade e o empenho com que têm sido executadas as linhas de ação por mim definidas. Os quadros funcionais do Itamarati constituem um exemplo de qualidade, profissionalismo e estabilidade.

Por todas essas razões é que hoje tive a grande satisfação de assinar decreto que dá nova organização à estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Dá-se, assim, seqüência ao processo de modernização do Itamarati, iniciado em julho do ano passado, quando

determinei fossem realizados estudos e tomadas diversas medidas para a reorganização do serviço exterior, no contexto geral da reforma administrativa.

Normalizaram-se os quadros da carreira de diplomata, que conquistou regras precisas e claras, calcadas nos melhores princípios de equidade, privilegiando a igualdade de oportunidades e o mérito profissional. Redistribuíram-se e descentralizaram-se os serviços. Para essa tarefa muito contribuiu o ministro Abreu Sodré, que com dedicação e espírito público vem servindo ao Itamarati, trazendo para esta Casa a sua larga experiência de administrador e político.

A carreira de diplomata retomou a moldura de regras sólidas, que contribuíram para lhe granjear reputação universal, já agora com a incorporação de institutos modernos e concebidos em consonância com os desafios profissionais gerados pela crescente e necessária presença do Brasil na comunidade das nações.

Jovens diplomatas.

Após passarem por concurso de seleção dos mais exigentes, mais dois anos de árduos estudos, iniciam hoje as senhoras e os senhores uma carreira de serviços ao Brasil. Este é, pois, um dia de natural orgulho. Felicito-os pela distinção e faço votos para que tenham, ao longo de suas vidas profissionais, o mais merecido êxito.

Ser diplomata é ter no sangue a terra. Sentir, pensando no País, e, onde estiver, fazer chegar um pedaço de todos nós: da Pátria, da História, da cultura.

A tradição desta Casa, a excelente formação profissional com que o Instituto Rio Branco prepara os seus diplomatas, asseguram ao Brasil a continuidade de homens que, pelo conhecimento e pela responsabilidade, estão aptos para a saga da inteligência que é a diplomacia moderna.